



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO AMAZONAS – CREA/AM
PL-140/2018

REUNIÃO: Plenária Ordinária n.º 513ª

DECISÃO: PL-140/2018

INTERESSADO: UNIPUBLICIDADE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS - ME

PROTOCOLO: 2553877/2016

EMENTA: Recurso Administrativo. Decisão da C.E.E.E.S.T. que indeferiu o pleito da requerente. Fato novo apresentado. Decisão da Especializada que não se mantém. Tornar nulo o Auto de Infração nº 33526/2016, em conformidade com o inciso V do art. 47 da Resolução 1.008/04.

DECISÃO

O **Plenário do CREA-AM**, reunido em sua Sessão Ordinária de nº 513ª, realizada em 26/7/2018, em Manaus/AM, após apreciação e discussão do **Processo de Fiscalização 2553877/2016** de interesse de **UNIPUBLICIDADE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS – ME** em face da irregularidade “FALTA DE REGISTRO DE ART DE EXECUÇÃO” do Segundo Termo Aditivo ao Contrato 013/2015 – SEMJEL, de 09/03/2016, não havendo sido regularizado o fato gerador e nem efetuado o pagamento da multa respectiva. Considerando que o processo se originou de ação fiscalizatória de “pesquisa interna” onde, ao consultar o Diário Oficial do Município – D.O.M. 3888/2016, o fiscal verificou a existência do Segundo Termo Aditivo ao Contrato 13/2015, celebrado em 09 de março de 2016, entre o Município de Manaus, por meio da Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Lazer – SEMJEL e da empresa UNIPUBLICIDADE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS – ME, cujo objeto foi a de prorrogar por mais 101 (cento e um) dias de prazo de vigência do Contrato 013/2015 de prestação de serviço especializado em sonorização tipo 2. Valor R\$ 73.700,00; considerando que o fato gerador consistiu, portanto, na Falta de Registro da ART de Execução – Referente ao contrato 13/2015, com base no artigos 1º e 3º, ambos da Lei 6.496/77, resultado na lavratura do Auto de Infração 33526/2016; considerando que a empresa recebeu o Auto de Infração, por meio de Aviso de Recebimento (AR) em 16 de maio de 2017, contudo não sanou o fato gerador; considerando haver transcorrido o prazo legal para interposição de recurso administrativo e não houve manifestação por parte da empresa autuada, e a mesma não regularizou o fato gerador, bem como não efetuou o pagamento da multa imposta, a Câmara Especializada de Engenharia Elétrica e de Segurança do Trabalho – C.E.E.E.S.T. decidiu pela manutenção da multa e regularização do fato gerador ao autuado; considerando que em 8 de agosto de 2017 o CREA expediu Ofício 1461/17-GP/CREA-AM, para a empresa UNIPUBLICIDADE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS – ME, encaminhando para conhecimento e/ou providências, cópia da Decisão 411/17, emitida pela Câmara Especializada de Engenharia Elétrica e de Segurança do Trabalho – C.E.E.E.S.T. e se assim desejasse teriam o prazo de 60 dias a contar do recebimento do Ofício para recorrer ao Plenário do CREA-AM; considerando que a empresa UNIPUBLICIDADE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS – ME, protocolou o Ofício 007/2017 ao Presidente do CREA-AM, alegando no documento que a Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Lazer – SEMJEL não solicitou a execução do serviço, tendo em vista que o serviço pudesse ser realizado posteriormente fora solicitado um termo aditivo de prazo de execução, mas mesmo não foi solicitado. Alegando ainda, que a empresa não estaria se abstendo da responsabilidade e pagamento de taxas devidas ao CREA, alegando por fim, que a ART não foi emitida porque o serviço não foi prestado; considerando a fundamentação contida nos artigos 1º, 2º e 3º da Lei 6.496/77; considerando os artigos 2º, 3º e 28 todos da Resolução 1025/2009 do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO AMAZONAS – CREA/AM
PL-140/2018

Confea; considerando que a defesa apresentada pela pessoa jurídica autuada, afirma que o serviço não foi executado, porém não comprova o fato. Considerando que a Câmara Especializada de Engenharia Elétrica e de Segurança do Trabalho, decidiu pela manutenção da multa e regularização do fato gerador ao autuado. **DECIDIU**, por maioria de votos, rejeitar o voto do Conselheiro Regional CARLOS ALBERTO SOARES DE MAGALHÃES, para que a Decisão 411/17, da egrégia Câmara Especializada Engenharia Elétrica e de Segurança do Trabalho, não se mantenha por se tratar de Auto de Infração: "FALTA DE ART DE ADITIVO DE PRAZO", tornando o referido Auto nulo, em conformidade com o inciso V do art. 47 da Resolução 1.008/04. É a Decisão. Presidiu a Sessão o Diretor Administrativo do Crea-AM, no exercício da Presidência, Eng. Civ. **MAURO DE SIQUEIRA QUEIROZ**. Votaram favoravelmente os Senhores Conselheiros Regionais: ALISSON VICENTE DE ARAÚJO LEÃO, DANIELE BRAGA COSTA, EDNEY DA SILVA MARTINS, EIRIE GENTIL VINHOTE, KLEBER DOS SANTOS DINIZ, EMMERSON BACURY DE LUCENA, HELDER MANUEL DA COSTA SANTOS, HIGOR LEONARDO DE LIMA NERY, JOSÉ AFONSO DA SILVA ARIAS, JOSÉ CLÁUDIO DE JESUS MEDEIROS, MARCO AURÉLIO DE MENDONÇA, MIGUEL GODEIRO PRIMO TERCEIRO e WENCESLAU ABTIBOL. Votaram contrariamente os Conselheiros Regionais: CARLOS ALBERTO SOARES DE MAGALHÃES, MARIA DOS ANJOS F. PACHECO, MANUEL CÉSAR SANTOS FILHO, PEDRO CHAVES DA SILVA e SÍLVIA CRISTINA BENITES GONÇALES. Abstiveram-se de votar os Conselheiros Regionais: ALEXANDRE HENRIQUE FREITAS DE ARAÚJO, DANIEL PINTO BORGES e LUIZ CARLOS BARROS DE CARVALHO.

Cientifique-se e cumpra-se.

Manaus, 31 de julho de 2018.


Eng. Civ. **MAURO DE SIQUEIRA QUEIROZ**
Presidente do **Crea-AM**, em exercício